



Pedido de Abono de Família para Crianças e Jovens

Pedido Manutenção

Despacho	Informação Técnica	Registo de Entrada
		NIPG: _____ Data: _____ Proc. n.º: _____ Req. n.º: _____ Guia n.º: _____ Funcionário: _____

Identificação do Requerente

Nome: _____
Morada: _____
Freguesia: _____ Código Postal: _____ Concelho: _____
NIC⁽¹⁾ n.º: _____ Tipo: _____ Data Validade: _____
NIF n.º: _____ Tipo: _____
N.º Funcionário: _____ Categoria: _____ Serviço: _____
Telefone: _____ Telemóvel: _____ E-mail: _____

(1) - Número de Identificação Civil (Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão/Passaporte)

Pretensão

Vem, em cumprimento do disposto no art.º 30.º do Decreto-Lei 176/03, de 2 de agosto, na sua atual redação, solicitar que lhe seja concedido Abono de Família para Crianças e Jovens a que se refere o art.º 19.º do citado Decreto-Lei.

Elementos Complementares

Assinale a situação do requerente perante o jovem:

Pai, Mãe ou Equiparado Pessoa idónea que viva em comunhão de mesa e habitação com a criança ou jovem
Representante Legal Pessoa a quem a criança ou jovem está confiada administrativa ou judicialmente
Outro: _____

Identificação do(s) Descendente(s)

Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____ Cartão de Cidadão n.º: _____
NISS n.º: _____ NIF n.º: _____
Estado Civil: _____ Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____
Morada: _____
Código Postal: _____ Localidade: _____
Nome da Mãe: _____
Nome do Pai: _____
O jovem exerce atividade profissional? Sim Não



Nome Completo: _____

Data de Nascimento: _____ Cartão de Cidadão n.º: _____

NISS n.º: _____ NIF n.º: _____

Estado Civil: _____ Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____

Nome da Mãe: _____

Nome do Pai: _____

O jovem exerce atividade profissional? ☐ Sim ☐ Não

Elementos sobre Valor do Património Mobiliário

Possuem na presente data valores depositados em contas bancárias, ações, fundos de investimento, títulos de dívida pública ou outros valores mobiliários, cujo montante é superior a 240 x IAS⁽²⁾

Sim

Não

(2)- O valor do IAS (indexante de apoios sociais) é atualizado anualmente com base no PIB (produto interno bruto) e na taxa de inflação.

Composição do Agregado Familiar

N.º de Elementos	Nome Completo	N.º ADSE	NIF	NISS	Data de Nascimento	Relação Familiar ⁽³⁾
1	Requerente					
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						

(3) - Ex: Cônjuge, pai, mãe, filho, avô, irmão...

Rendimentos Anuais do Agregado Familiar relativos ao ano anterior ao da apresentação do requerimento

N.º de Elementos	Valor rendimentos trabalho			Valor de bolsas de estudo		Valor bolsas de formação	Valor de pensões de alimentos
	Por conta de outrem	Independente		Ensino secundário, profissional e níveis anteriores	Ensino Superior		
		Vendas	Serviços				
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							



N.º de Elementos	Valor das Prestações pagas por outras entidades		Valor das prestações pagas pelo fundo de garantia a menores	Valores do apoio à habitação	
	Pensões	Prestações		Subsídio de renda de casa	Outros apoios públicos
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					

Valor do Património Mobiliário do Agregado Familiar a 31 de dezembro do ano anterior ao da apresentação do requerimento

N.º de Elementos	Valor depositado em contas bancárias	Valor das ações	Valor dos certificados de aforro	Valor de outros ativos financeiros
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

Certificação do Requerente

- Declaro que as informações prestadas correspondem à verdade e não omitem qualquer informação relevante.
- Comprometo-me a apresentar os meios de prova que forem considerados necessários à atribuição e/ou manutenção das prestações requeridas.
- Comprometo-me a, quando solicitado, para comprovação das declarações prestadas relativas ao valor do património mobiliário, nos termos do artigo 14.º, n.º1, do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, na atual redação, a entregar declaração de autorização aos serviços competentes do Município, para solicitarem ao Banco de Portugal a indicação das entidades bancárias ou financeiras onde tenho conta e a obter das respetivas entidades toda a informação patrimonial relevante, relativa a saldos de contas à ordem, a prazo ou de outros valores mobiliários de que seja titular ou co-titular. Este compromisso é igualmente válido para as declarações que sejam necessárias apresentar pelos restantes membros do meu agregado familiar.
- Tenho conhecimento que a falta da entrega da referida declaração de autorização, quando exigida e no prazo estabelecido para esse efeito, constitui causa de suspensão do procedimento de atribuição ou do pagamento da prestação social em curso, com perda de direito à prestação até à entrega da declaração de autorização exigida, de acordo com o artigo 14.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, na sua atual redação.
- Autorizo os serviços competentes do Município a obterem diretamente das restantes entidades detentoras de informação relevante para a verificação da condição de recursos, todas as informações que sejam consideradas necessárias à comprovação das declarações de rendimentos aqui prestadas.

Informação de recolha de dados pessoais

- **Responsável pelo tratamento:** Município de Ponte de Lima.
- **Finalidade:** gestão da relação laboral ou pré-contratual, cumprimento das obrigações legais e regulamentares aplicáveis, gestão administrativa, remuneratória, contributiva, fiscal, disciplinar, formativa, de saúde e segurança no trabalho, bem como atribuição de benefícios, apoios ou programas associados à relação laboral.
- **Fundamento jurídico:** o tratamento é necessário para a execução da relação contratual ou de diligências pré-contratuais e para o cumprimento de obrigações jurídicas aplicáveis ao Município.
- **Transmissão a terceiros/subcontratantes:** apenas quando decorra de obrigação legal ou seja necessária à prossecução das finalidades referidas.
- **Conservação:** pelo prazo legal aplicável, incluindo o previsto no Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística da Administração Local, ou pelo período estritamente necessário ao cumprimento da finalidade.
- **Direitos dos titulares:** acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, oposição e reclamação junto da CNPD, nos termos legalmente aplicáveis.
- **Encarregado de Proteção de Dados:** encarregadodeprotecaodedados@cm-pontedelima.pt.
- **Mais informações:** consultar a Política de Privacidade do Município em www.cm-pontedelima.pt/p/politica_de_privacidade_e_seguranca.



Pedido de Deferimento

Assinatura do Requerente: _____ Data: _____

Elementos anexos

Declaração do IRS (impostos sobre rendimentos de pessoas singulares) do ano anterior ao da apresentação do requerimento e respetiva nota de liquidação

Extrato bancário a 31 de dezembro do ano anterior ao da apresentação do requerimento

Certificado de matrícula no caso de descendentes maiores de 16 anos

Acordo de regulação do poder paternal, caso exista